



5º Simulado Especial

# TSE Unificado

**Técnico Judiciário – Área Administrativa**

**Agente da Polícia Judicial**

**Pós-Edital**

# Simulado

5º Simulado Especial TSE (TJAA - Agente da Polícia Judicial)

Nome: \_\_\_\_\_

## INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Técnico Judiciário - Área Judiciária - Agente da Polícia Judicial do TSE**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

## PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/v96mFP7WQw5k4JkRA>

01 - CE	16 - CE	31 - CE	46 - CE	61 - CE	76 - CE	91 - CE	106 - CE
02 - CE	17 - CE	32 - CE	47 - CE	62 - CE	77 - CE	92 - CE	107 - CE
03 - CE	18 - CE	33 - CE	48 - CE	63 - CE	78 - CE	93 - CE	108 - CE
04 - CE	19 - CE	34 - CE	49 - CE	64 - CE	79 - CE	94 - CE	109 - CE
05 - CE	20 - CE	35 - CE	50 - CE	65 - CE	80 - CE	95 - CE	110 - CE
06 - CE	21 - CE	36 - CE	51 - CE	66 - CE	81 - CE	96 - CE	111 - CE
07 - CE	22 - CE	37 - CE	52 - CE	67 - CE	82 - CE	97 - CE	112 - CE
08 - CE	23 - CE	38 - CE	53 - CE	68 - CE	83 - CE	98 - CE	113 - CE
09 - CE	24 - CE	39 - CE	54 - CE	69 - CE	84 - CE	99 - CE	114 - CE
10 - CE	25 - CE	40 - CE	55 - CE	70 - CE	85 - CE	100 - CE	115 - CE
11 - CE	26 - CE	41 - CE	56 - CE	71 - CE	86 - CE	101 - CE	116 - CE
12 - CE	27 - CE	42 - CE	57 - CE	72 - CE	87 - CE	102 - CE	117 - CE
13 - CE	28 - CE	43 - CE	58 - CE	73 - CE	88 - CE	103 - CE	118 - CE
14 - CE	29 - CE	44 - CE	59 - CE	74 - CE	89 - CE	104 - CE	119 - CE
15 - CE	30 - CE	45 - CE	60 - CE	75 - CE	90 - CE	105 - CE	120 - CE

## SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/Vpo6>

**CONHECIMENTOS BÁSICOS****LÍNGUA PORTUGUESA***Adriana Figueiredo***TEXTO 1*****Dia do Trabalho***

Em abril de 1886, eclodiram nos Estados Unidos diversas greves, nas quais os operários reivindicavam jornada de trabalho de oito horas diárias. Essa reivindicação baseava-se em um raciocínio muito simples: se o dia tem 24 horas, deveria ser dividido logicamente em três partes de oito horas – uma para o trabalho, outra para descanso e lazer e outra para o estudo.

Em 1º de maio do mesmo ano, milhares de trabalhadores de Chicago iniciaram uma greve geral. Três dias depois, a praça Haymarket, na cidade, foi ocupada por operários anarquistas reunidos em um grande comício para protestar contra a morte de grevistas na porta de uma fábrica no dia anterior. Quase no fim da manifestação, a polícia ordenou que os operários abandonassem imediatamente a praça. Nesse momento uma bomba foi atirada na direção dos policiais, matando um deles e ferindo vários outros. Seguiu-se um tiroteio, no qual foram mortos vários manifestantes.

Os anarquistas foram acusados de atirar a bomba, o que motivou uma grande campanha na imprensa para reprimir o movimento. Alguns dias depois, oito líderes foram presos e julgados rapidamente. Sete deles foram condenados à morte sem provas conclusivas sobre seu envolvimento no atentado. Ao final do processo, dois condenados à morte tiveram a pena transformada em prisão perpétua, um se suicidou na prisão e quatro foram enforcados em praça pública.

Esses manifestantes passaram a ser lembrados como os “mártires de Chicago”. Em homenagem a eles, a partir de 1890 correntes ideológicas do movimento operário internacional e organizações sindicais passaram a comemorar em 1º de maio o Dia do Trabalho, realizando grandes manifestações em todo o mundo, exceto nos Estados Unidos. Curiosamente, no país onde ocorreu o massacre de Chicago, o Dia do Trabalho é comemorado oficialmente na primeira segunda-feira de setembro, desde 1894.

(Marcos Napolitano e Mariana Villaça)

01. Dada a apresentação de fatos, acontecimentos e personagens, o texto é predominantemente narrativo.
02. Segundo o texto, o tiroteio foi causado pelo despreparo dos policiais diante de manifestações públicas.
03. Infere-se que a proposta de divisão do dia apresentada pelos operários em 1886 leva em consideração o fato de que o trabalhador necessita de tempo livre para si mesmo.
04. Uma das reivindicações da greve geral iniciada pelos trabalhadores de Chicago era o aumento da remuneração por horas trabalhadas.
05. Conclui-se do emprego do advérbio “rapidamente”, no terceiro parágrafo, que os autores fazem uma crítica ao trabalho do judiciário.
06. A campanha da imprensa para sufocar o movimento dos grevistas foi consequência de os anarquistas serem responsabilizados pelo ataque que resultou na morte dos policiais.
07. No primeiro período do texto, o termo “diversas greves” exerce a função de objeto direto.
08. Estaria mantida a correção gramatical do primeiro parágrafo caso a partícula “se”, em “baseava-se”, fosse deslocada para a posição proclítica — se baseava.
09. No trecho do primeiro parágrafo “três partes de oito horas – uma para o trabalho, outra para descanso e lazer e outra para o estudo”, a substituição do travessão pelo sinal de dois-pontos prejudicaria a correção gramatical do texto.

10. O vocábulo “uma” e as duas ocorrências do vocábulo “outra”, no trecho do primeiro parágrafo “uma para o trabalho, outra para descanso e lazer e outra para o estudo”, referem-se a “horas”.
11. No segundo parágrafo, as expressões “na porta de uma fábrica” e “no dia anterior” exercem a mesma função sintática.
12. A eliminação da vírgula, no trecho “Quase no fim da manifestação, a polícia ordenou...” (2º parágrafo), causaria incorreção gramatical no texto, visto que é obrigatório o emprego de vírgula nesse caso para isolar oração adverbial antecipada à principal.
13. Seria gramaticalmente correto inserir uma vírgula logo após “momento”, no trecho “Nesse momento uma bomba foi atirada...” (2º parágrafo).
14. No trecho do segundo parágrafo “Seguiu-se um tiroteio, no qual foram mortos vários manifestantes”, estariam mantidas a correção gramatical e a coerência das ideias do período caso se substituísse “no qual” por “aonde”.
15. O emprego do sinal indicativo de crase no vocábulo “a” presente no trecho “tiveram a pena” (3º parágrafo) manteria a correção gramatical do texto e garantiria o paralelismo sintático do período em face do segmento “condenados à morte”.
16. No quarto parágrafo, no trecho “movimento operário internacional e organizações sindicais”, o vocábulo “sindicais” se refere a “movimento” e “organizações”.
17. Classifica-se como pronome relativo o vocábulo “que” em “que os operários abandonassem imediatamente a praça” (2º parágrafo) e “que motivou uma grande campanha” (3º parágrafo).

18. A coerência textual seria prejudicada caso se substituísse a forma verbal “foi”, em “foi ocupada por operários”, no segundo parágrafo, por “fora”.

19. Estariam mantidos os sentidos e a correção gramatical do primeiro período do segundo parágrafo, caso se deslocasse o segmento “Em 1º de maio do mesmo ano” para o final do período, da seguinte forma: Milhares de trabalhadores de Chicago iniciaram uma greve geral, em 1º de maio do mesmo ano.

## TEXTO 2

No mundo, há diversas sociedades. Cada uma delas é composta por diversas culturas, com valores e crenças específicos. E mesmo dentro de um grupo há diversidade, considerando a individualidade de cada ser humano. Portanto, é natural que pessoas tenham opiniões diferentes entre si.

“A verdade é subjetiva porque cada pessoa constrói a sua de um jeito”, explica a antropóloga e ex-presidente da Associação Brasileira de Antropologia Carmen Rial. “Além do grupo cultural, a classe social, a escolaridade, o gênero e a educação fazem com que cada pessoa veja o mundo de uma forma particular”.

Apesar de a Constituição Federal legalizar a manifestação do pensamento – considerando a democracia que se vive no Brasil – é possível observar uma onda de desrespeito a opiniões opostas.

“Mas este não é só um problema nacional, e sim mundial. Um grande desafio humano”, aponta o psicólogo transpessoal José Luís Morado. “Não levar a opinião do outro em consideração já deu origem a muitas guerras, e apesar de melhorarmos enquanto civilização, ainda precisamos resolver este problema”.

Imprescindível para a vida em sociedade, saber respeitar opiniões divergentes é o primeiro passo para melhorias individuais e sociais. É comum e saudável, em conversas no cotidiano, ouvir afirmações e não concordar com elas. O problema existe quando não se respeita o que é dito ou quem o diz, justamente por dizê-lo.

SANTOS, Rayane. Em meio à pluralidade de ideias, o diálogo só é possível quando se assume que não há uma verdade única e absoluta sobre nada.

Jornal do Trem, 20 mar.2015. Disponível em: [jornaldotrem.com.br/capa/aolidar-com-a-opinioao-alheia-e-possivel-discordar-sem-desrespeitar-ninguem/](http://jornaldotrem.com.br/capa/aolidar-com-a-opinioao-alheia-e-possivel-discordar-sem-desrespeitar-ninguem/). Adaptado.

20. No que diz respeito à tipologia textual, trata-se de um texto predominantemente argumentativo.
21. Infere-se do texto que não existe uma verdade única e definitiva.
22. Deduz-se das informações do texto que respeitar as opiniões alheias é não tentar fazer com que o outro assumira a mesma opinião que a sua.
23. Segundo o texto, é inevitável que as diferenças entre as pessoas promovam problemas sociais, políticos e econômicos.
24. Conclui-se do texto que a Constituição Federal é falha porque autoriza o desrespeito às opiniões opostas.
25. Os vocábulos “Imprescindível” e “dizê-lo” são acentuados pelo mesmo motivo.
26. Caso o vocábulo “específicos”, no trecho do primeiro parágrafo “com valores e crenças específicos”, fosse flexionado no feminino — específicas —, a correção gramatical do texto seria mantida.
27. No trecho “cada pessoa constrói a sua de um jeito”, no segundo parágrafo, há elipse do vocábulo “verdade”.
28. A forma verbal “fazem”, no trecho do segundo parágrafo ‘o gênero e a educação fazem’, está flexionada na terceira pessoa do plural porque concorda com os termos “gênero” e “educação”, que são os núcleos do sujeito composto.

29. A correção gramatical e o sentido original do texto seriam mantidos caso o termo “há”, no trecho “há diversas sociedades” (primeiro parágrafo) fosse substituído por existe.
30. O sentido e a correção gramatical do texto seriam preservados caso a locução “Apesar de”, empregada no trecho “Apesar de a Constituição Federal legalizar” (terceiro parágrafo), fosse substituída por “Não obstante”.

## **NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO**

*Antônio Daud*

Tomando por base os preceitos normativos relacionados às contratações públicas, julgue os itens a seguir.

31. As contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual podem ser realizadas por inexigibilidade de licitação, sendo obrigatória a comprovação de notória especialização.
32. É cabível a adoção do “maior retorno econômico” nos certames licitatórios, sendo este aplicável exclusivamente para a contratação de serviços técnicos especializados de consultoria.
33. É possível a indicação de marca em contratos de compras, nas hipóteses em que uma marca comercializada por mais de um fornecedor for a única capaz de atender às necessidades da Administração.
34. Um dos princípios expressos na Lei 14.133/2021 é o da celeridade, que autoriza descumprimentos da lei desde que resulte em eficiência nas compras públicas.

**35.** Ao final do processo licitatório, a autoridade superior poderá anular a licitação, de ofício ou mediante provocação, caso seu objeto não afigure mais conveniente.

Tomando por base os preceitos normativos relacionados ao controle e responsabilização do poder público, julgue os itens a seguir.

**36.** Suponha que determinada entidade privada organizou o concurso público de um tribunal federal. Naquele certame, os exames foram cancelados por indícios de fraude, ocasionando danos materiais aos candidatos. Neste caso, à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a matéria, é correto afirmar que a União responderá subsidiariamente pelos danos materiais causados, no caso de a entidade privada se tornar insolvente.

**37.** O controle que o Poder Judiciário exerce sobre a atuação típica do Poder Executivo não decorre da autotutela.

**38.** O legislador infraconstitucional pode criar modalidade de controle externo não prevista constitucionalmente, desde que recorra à lei complementar.

**39.** Em geral, o Estado não responde civilmente por danos causados por usurpadores de função pública.

**40.** Uma excludente de ilicitude penal é causa excludente da responsabilidade civil do Estado.

Tomando por base os preceitos normativos relacionados aos agentes públicos e à organização administrativa do Estado, julgue os itens a seguir.

**41.** O servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo federal, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela remuneração do seu cargo ou o subsídio do mandato eletivo.

**42.** Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, a nomeação de parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o quarto grau da autoridade nomeante, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança na administração pública direta e indireta em qualquer dos poderes de uma unidade da federação viola a Constituição Federal.

**43.** Sabe-se que a lei não poderá afastar da apreciação judicial lesão a direito, inclusive o direito dos servidores públicos à isonomia remuneratória, de sorte que o Poder Judiciário, exercendo sua função típica, poderá dar concretude ao referido princípio, majorando vencimentos de servidores públicos.

**44.** É constitucional a acumulação do cargo de juiz com uma função pública de magistério.

**45.** O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) consiste em estrutura jurídica resultante de desconcentração administrativa da União, constituindo-se como órgão público da administração direta da União.

**46.** A exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida nos casos previstos na Constituição Federal ou, consoante previsão em lei, afigurar-se necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo.

**47.** Órgãos autônomos ou primários são aqueles que encontram-se previstos no próprio texto constitucional, não se subordinando a qualquer outro órgão, cujos titulares são agentes políticos.

Tomando por base os preceitos normativos relacionados aos poderes e atos administrativos, julgue os itens a seguir.

**48.** A finalidade do ato administrativo constitui elemento indicado explícita ou implicitamente pela lei, razão pela qual não cabe ao gestor público a escolha de finalidade diversa, tampouco a substituição daquela indicada na norma, ainda que tenha o legítimo objetivo de satisfazer o interesse público.

**49.** Ato imperfeito é aquele que está sujeito a condição ou termo para começar a produzir efeitos.

**50.** Um dos atributos presentes em todo ato de polícia consiste na coercibilidade, a partir da qual seus efeitos são impostos unilateralmente ao particular.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### SEGURANÇA JUDICIÁRIA

*Alexandre Herculano*

**51.** Julgue o item abaixo com base na doutrina sobre Segurança de Dignitários.

Durante a preparação de uma operação de segurança para um dignitário estrangeiro, a equipe decide que a formação dos agentes será em "V" invertido, com o dignitário no centro. O agente "mosca" é colocado na retaguarda da formação.

A posição do agente "mosca" na retaguarda é a mais adequada para garantir a segurança do dignitário.

**52.** Julgue o item abaixo com base na doutrina sobre Segurança de Dignitários.

No planejamento de segurança de um evento com a presença de um dignitário, é decidido que a teoria dos círculos concêntricos será aplicada com três camadas de segurança: uma interna, uma intermediária e uma externa.

A camada interna deve ser a mais flexível e menos visível para não chamar a atenção.

**53.** Julgue o item abaixo com base na doutrina sobre Segurança de Dignitários.

Durante uma execução de segurança, o plano prevê que os agentes permaneçam sempre ao lado do dignitário, independentemente do ambiente.

Essa estratégia é suficiente para garantir a segurança do dignitário em qualquer situação.

**54.** Julgue o item abaixo com base na doutrina sobre Segurança de Dignitários.

Em um planejamento de rota de um dignitário, a equipe escolhe sempre o caminho mais curto e direto para reduzir o tempo de exposição.

A escolha do caminho mais curto é sempre a melhor estratégia para segurança de dignitários não correr risco.

**55.** Julgue o item abaixo com base na doutrina sobre Segurança de Dignitários.

Um agente de segurança decide, durante um evento, não comunicar uma pequena alteração no plano de segurança à equipe para evitar alarmes desnecessários.

O agente agiu corretamente ao não comunicar a alteração ao restante da equipe devido a possibilidade de problemas mais sérios.

**56.** Julgue o item abaixo com base na doutrina sobre Segurança de Dignitários.

Durante uma simulação de ataque, a equipe decide testar apenas a reação dos agentes na camada interna de segurança.

Focar apenas na camada interna durante simulações é suficiente para avaliar a eficácia do plano de segurança.

**57.** Julgue o item abaixo com base na doutrina sobre Gestão de Conflito.

Na deflagração de uma crise onde os marginais se vêm cercados pela polícia, os primeiros 45 minutos são cruciais, pela instabilidade dos bandidos

**58.** Julgue o item abaixo com base na doutrina sobre Gestão de Conflito.

A preparação para crises potenciais envolve quatro ações essenciais e que se apoiam mutuamente: identificação de prováveis crises, planejamento de respostas às prováveis crises, atualização dos planos de acordo com alteração das prováveis crises e prática de respostas.

**59.** Julgue o item abaixo com base na doutrina sobre Planejamento de Contingência.

O planejamento de contingência deve ser realizado apenas uma vez durante o ciclo de vida de um projeto, pois as condições de risco não mudam significativamente ao longo do tempo.

**60.** Julgue o item abaixo com base na doutrina sobre Planejamento de Contingência.

Um plano de contingência deve incluir apenas as ações corretivas e não deve abordar as responsabilidades dos funcionários em caso de emergência.

**61.** Julgue o item abaixo com base na doutrina sobre Planejamento de Contingência.

Um plano de contingência deve ser estruturado para ser flexível e adaptável a diferentes cenários, garantindo que a organização possa responder a uma variedade de crises.

**62.** Julgue o item abaixo com base nos conceitos sobre Prevenção e Combate a Incêndios.

A largura mínima das saídas de emergência em edifícios deve ser de 1 metro, independentemente da ocupação do local.

**63.** Julgue o item abaixo com base nos conceitos sobre Prevenção e Combate a Incêndios.

A Norma Brasileira Regulamentadora, que destaca um conjunto de normas técnicas criadas e certificadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), determina que os extintores de incêndio devem ser inspecionados anualmente, independentemente do tipo de extintor.

**64.** Julgue o item abaixo com base nos conceitos sobre Prevenção e Combate a Incêndios.

A Norma Brasileira Regulamentadora, que destaca um conjunto de normas técnicas criadas e certificadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), determina que os sistemas de alarme de incêndio devem ser testados mensalmente para garantir sua funcionalidade.

**65.** Julgue o item abaixo com base na doutrina sobre Primeiros Socorros.

A técnica de Heimlich deve ser usada em todas as situações de obstrução das vias aéreas, incluindo aquelas em que a vítima está consciente e pode tossir.

**66.** Com base na doutrina sobre Segurança de Áreas e Instalações, julgue o item abaixo.

A teoria dos círculos concêntricos sugere que a segurança deve ser implementada em várias camadas, começando pelo perímetro externo e avançando para o interno, com cada camada oferecendo um nível distinto de proteção.

**67.** Com base na doutrina sobre Segurança de Áreas e Instalações, julgue o item abaixo.

A instalação de câmeras de segurança em locais estratégicos aumenta a segurança de uma área, mas não deve ser considerada uma forma de segurança ativa, pois não impede diretamente uma intrusão.

**68.** Com base na doutrina sobre Segurança de Áreas e Instalações, julgue o item abaixo.

Em um sistema de controle de acesso, a utilização de cartões magnéticos é uma medida de segurança passiva, pois apenas permite a entrada de indivíduos autorizados sem monitoramento ativo.

**69.** Com base na doutrina sobre Segurança de Áreas e Instalações, julgue o item abaixo.

A instalação de barreiras físicas, como portões e paredes, é uma estratégia de segurança passiva, que visa dificultar o acesso não autorizado sem a necessidade de dispositivos eletrônicos.

**70.** Com base na doutrina sobre Segurança de Áreas e Instalações, julgue o item abaixo.

No contexto de segurança eletrônica, sensores de movimento são considerados uma forma de segurança passiva, pois não reagem a um intruso, mas apenas detectam movimento.

## LEGISLAÇÃO ESPECIAL

*Antônio Pequeno*

Referente à Lei de Abuso de Autoridade (Lei nº 13.869/2019), julgue os itens de **71** a **74**.

**71.** A perda do cargo, do mandato ou da função pública, como efeito da condenação, está condicionada à ocorrência de reincidência em crime de abuso de autoridade e não é automática, devendo ser declarada motivadamente na sentença.

**72.** Entre as possíveis penas restritivas de direitos substitutivas das privativas de liberdade, está a suspensão do exercício do cargo, da função ou do mandato, pelo prazo de um a seis meses, com a perda dos vencimentos e das vantagens

**73.** Deve o Juiz, a requerimento do ofendido, fixar na sentença o valor máximo para reparação dos danos causados pelo crime, considerando o caráter punitivo da obrigação de indenizar.

**74.** O sujeito ativo do crime de abuso de autoridade poderá ser condenado à pena restritiva de direitos cumulada com a privativa de liberdade.

**75.** A Lei nº 14.532, de 2023, altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 e prevê reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos e multa, para a pessoa que injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro, em razão de xenofobia, religião ou etnia.

Referente à Lei 9099/1995 (Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais), julgue os itens de **76** a **79**.

**76.** Na reunião de processos, perante o juízo comum ou o tribunal do júri, decorrentes da aplicação das regras de conexão e continência, observar-se-ão os institutos da transação penal e da composição dos danos civis.

**77.** Os atos processuais serão públicos e poderão realizar-se em horário noturno e em qualquer dia da semana, conforme dispuserem as normas de organização judiciária.

**78.** Não encontrado o acusado para ser citado, o Juiz citará por edital seguindo procedimento previsto em lei.

**79.** A composição dos danos civis será reduzida a escrito e, homologada pelo Juiz mediante sentença irrecorrível, terá eficácia de título a ser executado no juízo civil competente.

Referente à Lei 10741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), julgue os itens de **80 a 83**.

**80 -** Entre as pessoas idosas, é assegurada prioridade especial aos maiores de 80 (oitenta) anos, atendendo-se suas necessidades sempre preferencialmente em relação às demais pessoas idosas.

**81.** Todo cidadão tem o dever de comunicar à autoridade competente qualquer forma de violação a esta Lei que tenha testemunhado ou de que tenha conhecimento.

**82.** Aos crimes previstos nesta Lei, cuja pena máxima privativa de liberdade não ultrapasse 2 (dois) anos, aplica-se o procedimento previsto na Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, e, subsidiariamente, no que couber, as disposições do Código Penal e do Código de Processo Penal.

**83.** Os crimes definidos nesta Lei são de ação penal pública condicionada à representação,

Referente à Lei nº 10.826/2003 e suas alterações (Lei que dispõe sobre o registro, a posse e a comercialização de armas de fogo e munição e sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM.), julgue os itens de **84 a 85**

**84.** Nos crimes de comércio ilegal de arma de fogo e o tráfico internacional de arma de fogo, a pena é aumentada da metade se a arma de fogo, acessório ou munição forem de uso proibido ou restrito.

**85.** As armas de fogo apreendidas, após a elaboração do laudo pericial e sua juntada aos autos, quando não mais interessarem à persecução penal serão encaminhadas pelo juiz competente ao Comando do Exército, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, para destruição ou doação aos órgãos de segurança pública ou às Forças Armadas, na forma do regulamento desta Lei.

**SEGURANÇA JUDICIÁRIA:  
ESTATUTO DA PESSOA IDOSA E LEI  
REFERENTE ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

*Lilian Novakoski*

A Lei nº 13.146/2015 instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, importante instrumento para a inclusão das Pessoas com Deficiência. Sobre esta lei, julgue as assertivas:

**86.** A pessoa com deficiência tem direito a receber atendimento prioritário, sobretudo com a finalidade de proteção e socorro em algumas circunstâncias previstas na lei

**87.** O poder público deve assegurar o acesso da pessoa com deficiência à justiça, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, garantindo, sempre que requeridos, adaptações e recursos de tecnologia assistiva.

**88.** A pessoa com deficiência será assegurado o direito de votar e de ser votada, devendo ter a garantia do livre exercício do direito ao voto e, para tanto, sempre que necessário e independente de pedido, permissão para que a pessoa com deficiência seja auxiliada na votação por pessoa capacitada pela Justiça Eleitoral para auxiliar.

Sobre o Estatuto da Pessoa Idosa, julgue:

**89.** É obrigação da sociedade garantir à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade.

**90.** Em todo atendimento de saúde, os maiores de 70 anos terão preferência especial sobre as demais pessoas idosas, exceto em caso de emergência.

### **NOÇÕES DE DIREITO HUMANOS**

*Géssica Ehle*

**Sobre Direitos Humanos, julgue os itens a seguir.**

**91.** O Estado brasileiro buscará, por meio de seus programas e ações, garantir moradia digna às populações vulnerabilizadas.

**92.** Para que se efetive uma cultura em Direitos Humanos, o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) prevê expressamente o compromisso de se promover a educação em Direitos Humanos também no serviço público.

**93.** Um dos desafios do Estado brasileiro diz respeito à reconstrução dos fatos ocorridos junto ao período ditatorial, para que se possa afirmar o reconhecimento da memória e da verdade como Direito Humano da cidadania.

**94.** Os programas de controle das ações em direitos humanos buscam implementar medidas de baixa participação da sociedade e maior intervenção do Estado.

**95.** Os Estados devem desenvolver mecanismos para garantir que os direitos humanos sejam efetivados, usando de sua soberania, o que não denota na viabilidade de responderem por eventuais violações a tais direitos.

**96.** Os Direitos Humanos consagram o combate à desigualdade, por meio do qual se busca a efetivação de ações afirmativas especialmente direcionadas à concretização do direito à igualdade formal.

**97.** O dano ambiental acarreta o dever de responsabilidade, tratando-se de direito humano fundamental de terceira geração e tendo caráter imprescritível.

**98.** A primeira fase de internacionalização da proteção dos direitos humanos consagra o Direito Humanitário como aquele destinado ao acolhimento das vítimas dos conflitos bélicos, incluindo militares fora de serviço.

**99.** Os direitos humanos de terceira geração estão inseridos em um contexto de maior intervenção do Estado, com o escopo de atenuar as diferenças sociais.

**100.** Por força do Pacto de São José da Costa Rica, o Brasil está submetido à jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) e deverá utilizar-se do mesmo para o exercício do controle jurisdicional de convencionalidade.

**101.** O Pacto de São José da Costa Rica é a principal Convenção sobre Direitos Humanos do Sistema Interamericano, tendo sido internalizada pelo Brasil como norma constitucional.

**102.** A Convenção Americana sobre Direitos Humanos apesar de ser uma norma internacional que contempla inúmeros direitos, também assegura que toda pessoa tem deveres para com a família, a comunidade e a humanidade.

**103.** A fim de salvaguardar a dignidade daqueles que estão vivendo período de vulnerabilidade, a Convenção Americana sobre Direitos Humanos proíbe que seja aplicada pena de morte às pessoas idosas, maiores de sessenta anos.

**104.** Às pessoas detidas ou retidas, a Convenção Americana sobre Direitos Humanos prevê o direito de serem informadas das razões da sua detenção e notificadas, em prazo de 30 (trinta) dias, da acusação ou acusações formuladas contra ela.

**105.** De acordo com o Pacto de São José da Costa Rica, se depois da perpetração do delito a lei dispuser a imposição de pena mais leve, o delinquente deverá ser beneficiado.

## **DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL**

*Priscila Silveira*

**106.** De acordo com a aplicação da lei penal, julgue o item a seguir.

A Lei penal temporária, ainda que fora da sua vigência, é aplicável aos fatos que foram cometidos durante o seu período de duração.

**107.** De acordo com a aplicação da lei penal e dos princípios de direito penal, julgue os itens a seguir.

A *abolitio criminis* configura uma situação de lei penal posterior mais benigna, que deve atingir, inclusive, fatos definitivamente julgados, mesmo em fase de execução.

**108.** A lei brasileira aplica-se ao crime cometido por estrangeiro contra brasileiro fora do Brasil apenas no caso de não ter sido pedida ou negada a extradição e houver requisição do Ministro da Justiça.

**109.** O nexo causal é elemento que integra a ilicitude, consubstanciando-se em elo entre tipicidade e resultado.

**110.** No que diz respeito ao crime consumado e tentado no Direito Penal, julgue o próximo item.

Pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um a dois terços, salvo disposição em contrário.

**111.** Com relação aos crimes em espécie, julgue o item que se segue.

Nos crimes assimilados ao de moeda falsa, o máximo da reclusão é elevado à doze anos e multa, se o crime é cometido por funcionário que trabalha na repartição onde o dinheiro se achava recolhido, ou nela tem fácil ingresso, em razão do cargo.

**112.** Tendo em vista os crimes contra a Administração, julgue os itens:

Por se tratar de crime funcional, a prática de corrupção passiva pressupõe o efetivo exercício de função pública.

**113.** O delito de estelionato, com o advento do Pacote Anticrime, passou a ser crime de ação penal pública condicionada à representação. Acerca deste tema, julgue o item abaixo.

Quando o estelionato for praticado contra empresa pública, não dependerá de representação.

**114.** Julgue os itens seguintes acerca do inquérito policial.

Denomina-se *delatio criminis* simples a notícia da existência de infração penal oferecida por qualquer pessoa do povo à autoridade policial.

**115.** De acordo com as disposições do Código de Processo Penal, julgue o item a seguir.

O inquérito deverá terminar no prazo de 10 dias, prorrogável por mais 10, se o indiciado estiver preso, ou no prazo de 30 dias, se estiver solto.

**116.** Dentre as obrigações da autoridade policial ao tomar conhecimento da prática de infração penal, encontra-se o dever de dirigir-se ao local, providenciando para que não se alterem o estado e conservação das coisas, até a chegada dos peritos criminais.

**117.** Em relação à prova no processo, conforme descreve o Código de Processo Penal, julgue os três itens a seguir.

A acareação será admitida entre acusados, entre acusado e testemunha, entre testemunhas, entre testemunha e a pessoa ofendida, e entre as pessoas ofendidas, sempre que divergirem, em suas declarações, sobre fatos ou circunstâncias relevantes, sendo vedada apenas a acareação entre o acusado e a pessoa ofendida.

**118.** No caso de crime permanente, é possível a realização da prisão em flagrante, por qualquer pessoa, em qualquer horário, ainda que sem mandado de prisão, inclusive com a invasão do domicílio onde se encontra o autor do delito.

**119.** Ao ser decretada a prisão preventiva, deverá o órgão emissor da decisão revisar a necessidade de sua manutenção a cada 60 (sessenta) dias, mediante decisão fundamentada, de ofício, sob pena de tornar a prisão ilegal.

**120.** A prisão temporária pode ser decretada, em regra, pelo prazo de quinze dias, prorrogável por igual período, exceto quando hediondo o delito.

## O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.  
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

## NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*

<http://estrategi.ac/assinaturas>

## CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!*

<http://estrategi.ac/ok1zt0>

---